



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

EDUARDO BONI NANQUE

**CRIAÇÃO E ASCENSÃO POLÍTICA DO MOVIMENTO PARA ALTERNÂNCIA
DEMOCRÁTICA (MADEM G15) NO CENÁRIO POLÍTICO GUINEENSE (2018-2021)**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2022

EDUARDO BONI NANQUE

**CRIAÇÃO E ASCENSÃO POLÍTICA DO MOVIMENTO PARA ALTERNÂNCIA
DEMOCRÁTICA (MADEM G15) NO CENÁRIO POLÍTICO GUINEENSE (2018-2021)**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades, no curso de Bacharelado em Humanidades, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Layla Pedreira Carvalho.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2022

EDUARDO BONI NANQUE

**CRIAÇÃO E ASCENSÃO POLÍTICA DO MOVIMENTO PARA ALTERNÂNCIA
DEMOCRÁTICA (MADEM G15) NO CENÁRIO POLÍTICO GUINEENSE (2018-2021)**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades, no curso de Bacharelado em Humanidades, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Aprovado em: 20/07/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Layla Daniele Pedreira de Carvalho (Orientadora)

Universidade de Integração Internacional da lusofonia Afro-Brasileira

Prof.^a Dr.^a Clarisse Goulart Paradis

Universidade de Integração Internacional da lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Cláudio André De Souza

Universidade de Integração Internacional da lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	PROBLEMATIZAÇÃO	6
3	OBJETIVOS	7
3.1	OBJETIVO GERAL	7
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	7
4	HIPÓTESES	7
5	JUSTIFICATIVA	8
6	METODOLOGIA	9
7	REFERENCIAL TEÓRICO	10
7.1	DEMOCRACIA E PARTIDOS POLÍTICOS	10
7.2	SURGIMENTO DOS PARTIDOS POLÍTICOS NA GUINÉ-BISSAU EM 1991	12
7.3	A CRISE POLÍTICA INSTITUCIONAL NA GUINÉ-BISSAU DURANTE A IX LEGISLATURA	14
8	CRONOGRAMA DE PESQUISA	19
	Referências	20

1 INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa visa compreender a criação e a rápida ascensão política de Movimento para Alternância Democrática (MADEM G-15¹) no cenário político guineense. O MADEM G-15, é um novo Partido Político na Guiné-Bissau², criado no dia 9 de maio de 2018³, por um grupo de quinze deputados/as e militantes dissidentes do Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo-Verde (PAIGC)⁴. Diante disso, procura entender as estratégias políticas que possibilitaram que ele figure como a segunda força política do País desde a sua criação, com representação de 27 deputados na Assembleia Nacional Popular e a escolha de Sissoco Embaló como presidente.

M'bunde (2017) ressalta que, a constituição de Partidos políticos passa pela procura de outras formas, ou seja, de novas possibilidades de expressão política apresentada pelos indivíduos que comungam as mesmas finalidades. Diante disso, a criação, assim como a ascensão de novos partidos políticos não é uma “novidade” na Guiné Bissau. Desde a abertura multipartidária em 1991, que acabou com o regime de partido único, através de uma nova Constituição da República e aprovação da “Lei quadro dos partidos políticos” no mesmo ano, várias formações políticas vêm sendo criadas no País. Entre os novos partidos políticos criados alguns vêm conseguindo ascender, como é o caso do partido Resistencia da Guiné-Bissau-Movimento Bafatá (RGB-MB) que conseguiu figurar como segundo mais votado nas eleições de 1994 com 19 assentos no parlamento atrás do PAIGC⁵; o PRS, fundado em 1992, conseguiu ascender logo na sua segunda participação no pleito eleitoral como a primeira força política do País (embora foi noutro contexto, isto é, depois da guerra civil de 1998) com 38 assentos parlamentares, deixando para trás o RGB-MB e o PAIGC, e tendo conseguido, ao mesmo

¹ G-15 se refere aos 15 deputados afastados do Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo-Verde (PAIGC). Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/movimento-de-altern%C3%A2ncia-de>.

² A Guiné-Bissau é um País africano situado na costa do continente africano, da África limitado ao Norte pelo Senegal e ao Sul pela Guiné-Conakry, (ex-colônia francesa) com superfície total de 36.125km², constituído por uma diversidade étnica e cultural muito ampla. A herança cultural da Guiné-Bissau é diversificada, tanto no seu aspecto linguístico como na música, dança, artesanato e outras manifestações culturais. A língua nacional é o crioulo, sendo o português a língua oficial e de comunicação com o exterior, existindo, porém, outras línguas do povo, cuja distribuição segue de perto a divisão do País em grupos étnicos, que é a seguinte: Balantas 27%, os Fulas 22%, os Mandingas 12%, os Manjacos 11%, os Papeis 10% e os outros 18% (GOMES, 2012.p.20).

³ Disponível em: https://www.mademg15.org/files/ugd/f25026_6490e83dc2514cfda570fc0612117bac.pdf.

⁴ O Partido Africano de Independência de Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) foi fundado clandestinamente em Bissau no dia 19 de setembro de 1956, por Amílcar Cabral e mais outros cinco camaradas, entre os quais, Aristides Pereira, Luís Cabral, Inácio Júlio Semedo, Fernando Fortes, Elisée Turpin. Era uma organização política que procurava na unidade Guiné e Cabo Verde a força para derrubar o regime colonial (SEMEDO, 2021.p.13-14).

⁵ Os dados estatísticos completos sobre eleição legislativa de 1994, estão disponíveis em: http://cne.gw/images/docs/EG_1994_1_resultados.pdf

tempo, eleger Koumba Yalá como Presidente da República (NOBRÉGA, 2003). Também o Partido Republicano para Independência e Desenvolvimento (PRID) criado em 2008 e ficou como terceiro mais votado nas eleições realizadas no mesmo ano⁶.

O MADEM G-15, enquadra-se nesse processo de criação e ascensão dos partidos na democracia guineense, contudo, possui uma especificidade, isto é, “em menos de sete meses” da sua criação, além de figurar como a segunda força política do País, conseguiu assegurar o Umaro Sissoco Embaló, tendo este declarado pela Comissão Nacional das Eleições (CNE) como vencedor das eleições presidenciais. Algo que se pode considerar como “inédito” e sem precedente na história política partidária da democracia guineense, pois sendo criado em pouco tempo, o partido conseguiu obter uma notoriedade nacional. Por isso, se considera relevante estudá-lo a partir de diversos aspetos, tanto políticos, sociais e econômicos que tornaram possíveis a sua rápida ascensão política.

2 PROBLEMATIZAÇÃO

De acordo com Fernandes (1993), Cardoso (1995) e Bijagó (2017), a história política partidária, sobretudo, nas democracias mais recentes, tem sido marcada pela crise de liderança nos Partidos políticos, que muitas das vezes, acaba resultando nas dissidências dos dirigentes e militantes nos seus respectivos partidos a fim de militar ou criar as suas próprias formações partidárias. Como exemplo, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), foi criado em junho de 2004 por congressistas afastados pelo Partido Trabalhador (PT) em 2003 (Alves, 2018). No caso concreto da Guiné-Bissau, Nóbrega (2003) ressalta que, o conflito interno faz com que alguns atores políticos migrem de um partido para outro ou até criem novo partido. Todavia, é de salientar que, o problema não resume apenas nisso, existem alguns fatores que ajudam compreender a saída dos atores políticos (dirigentes e militantes) nos seus respectivos partidos.

Com exceção da Frente de Libertação Nacional da Guiné (FLING) e da Resistência da Guiné-Bissau-Movimento Bafatá (RGB-MB), os outros partidos nomeadamente: Frente Democrática Social (FDS), Partido Unido Social Democrata (PUSD), Frente Democrática, (FD), Partido de Convergência Democrática (PCD), PRD, PDP, MUDE, saíram dentro do PAIGC, ou seja, foram criados devido a clivagens no seio daquele partido (FERNANDES, 1993). Ainda, em 2008, surgiu o Partido Republicano para a Independência e Desenvolvimento (PRID) e em 2018, o Frente Patriótica de Libertação Nacional (FREPASNA). Este último foi fundado pelo Baciro

⁶ Disponível em: https://www.bbc.co.uk/portuguese/africa/news/story/2008/11/081121_gbissaupaigcwintl.shtml.

Dja⁷

Recentemente, o MADEM G-15 surgiu como uma nova força política, fundado por dissidentes do PAIGC, que para além de conseguir 27 cadeiras no parlamento conseguiu a cadeira presidencial nas eleições de 2019. Tendo em vista os argumentos apresentados, elaboramos a seguinte pergunta de pesquisa:

- Quais são fatores políticos que tornaram possíveis a criação e a rápida ascensão de MADEM G-15 no cenário político guineense?

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

- Compreender a criação e a rápida ascensão política de MADEM G-15 no cenário político guineense

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar os fatores internos no PAIGC que levaram à criação de MADEM G-15
- Descrever a crise da IX legislatura e sua possível relação com a criação de MADEM G-15
- Entender as estratégias políticas de MADEM G-15 que fizeram com que a sua autoafirmação na senda política guineense seja visível rapidamente
- Mapear e entender a estrutura e a carreira política das principais lideranças de MADEM G-15

4 HIPÓTESES

Este projeto de pesquisa tem uma hipótese: a rápida ascensão desse partido, deve-se ao capital político das lideranças que o criam.

⁷ Baciro Dja, foi antigo militante e dirigente do PAIGC, fazia parte dos 15 deputados afastados do PAIGC.

5 JUSTIFICATIVA

O presente projeto de pesquisa se justifica em função de MADEM G-15 ser criado em pouco tempo e conseguir ter uma notoriedade, figurando como a segunda força política do País, deixando para trás não só o PRS que vinha ocupando este lugar há muito tempo, mas também, as outras formações políticas que configuravam sempre atrás do PRS.

O interesse por este tema, foi movido pelos contatos que tive com as diversas literaturas no meu quarto semestre sobre a democracia e sistema político na disciplina: **Eleições, Representações e Sistemas Políticos, ofertada pelo Professor, Doutor Claudio Andre De Souza**. Neste componente curricular, debatemos sobre a questão da democracia e Partidos Políticos, onde destacamos as obras de Carlos Ranulfo Melo, intitulado: “Os Partidos nas Democracias passado, presente e futuro” e a obra de Fidel Terenciano, cognominado: “Democracia eleitoral e o papel dos Partidos Políticos na estruturação do voto – um caso africano: Moçambique”. Ambos os textos discutem a questão dos Partidos Políticos e as suas ligações com a democracia. Terenciano (2020), ressalta que os Partidos políticos são imprescindíveis no funcionamento da democracia representativa, embora, não sejam suficientes para consolidá-la. Retomando um debate que é relevante na ciência política, seja na área das instituições, assim como na teoria política.

Após essas discussões, passei a ter interesse pelos estudos sobre os Partidos políticos focando na realidade da Guiné-Bissau. Posto isto, considero interessante estudar o MADEM G-15 por ser uma nova formação política com grande relevância para pensar a qualidade da democracia em meu País. Vale frisar ainda que, a escolha deste tema, deve-se ao fato de que, a criação e ascensão desse partido, possibilitou a inserção de novos atores na política guineense. Diante disso, eu enquanto um estudante guineense, considero relevante abordar este assunto de uma forma científica para permitir a sociedade guineense compreendê-lo.

É importante ressaltar que esta proposta de pesquisa no seu âmbito social e político, pode beneficiar a sociedade guineense, permitindo-lhe compreender como se deu a criação de MADEM G-15 e de que maneira este conseguiu rapidamente ter um protagonismo político nunca antes visto na história política do País. Ao mesmo tempo, pensar sobre o MADEM G-15, nos permite entender o estado da democracia e sistema partidário guineense.

No âmbito de produção de conhecimento científico, identifica-se uma vasta literatura que analisa a estrutura do sistema político e democrático no País, assim como inúmeros estudos sobre Partidos políticos, sobretudo, a obra de Timóteo Saba M'bunde cognominado: “Comportamento Partidário e Cíclica Interrupção da Democracia na Guiné-Bissau”, a literatura

de Paulo Anós Té intitulado: “Transição Democrática na Guiné-Bissau: uma análise sobre a proliferação dos Partidos políticos (1991-2018), contudo, sem uma ênfase sobre a criação e ascensão das novas formações políticas na Guiné-Bissau. Razão pela qual, percebe-se a necessidade de desenvolver este estudo, pois não há até ao momento um estudo sobre ascensão dos partidos. Para além disso, é bom frisar que, este trabalho tem grande relevância, pois as discussões levantadas aqui, servirão de embasamento teórico para futuras pesquisas no campo das ciências sociais tanto na UNILAB assim como na Guiné-Bissau.

6 METODOLOGIA

Para realização dessa pesquisa, será adotada uma abordagem qualitativa. Este tipo não dá ênfase à questão da “representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (GOLDENBERG, 1997 apud SILVEIRA & CORDOVA, 2009,p. 31-32).

Diante disso, será efetuada a revisão bibliográfica como procedimento técnico de recolha das informações. A pesquisa bibliográfica engloba todas as literaturas que já foram tornadas públicas concernente à temática estudada, isto é, “boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações, em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão” (MARCONI; LAKATOS, 2016.p.166).

Considerando que existem poucas produções acadêmicas sobre a temática em discussão, viu-se a necessidade de procurar informações através dos sites oficiais, sobretudo, do próprio MADEM G-15, jornal Nacional “*Nõ Pintcha*”, Blogue “Ditadura de Consenso”, DW Guiné-Bissau, rádios, televisões.

Além da revisão bibliográfica, será efetuado levantamento documental. Este tipo de pesquisa, dará de acordo com Gil (2008) a possibilidade de analisar os documentos que já se debruçaram a respeito ou que possuem uma ligação com o objeto em estudo. A pesquisa documental se caracteriza a partir de momento em que “a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois” (GIL, 2008.p.174).

Os documentos analisados serão: a Lei quadro dos partidos políticos, Constituição da República, Regimento de Assembleia Nacional Popular, documentos de criação desse partido (Gênese e Dinâmica política do MADEM G-15, Declaração de Princípios e Estatutos), também, os discursos proferidos durante a IX legislatura.

Ainda, será efetuado um estudo de campo, no qual serão feitas entrevistas semi-estruturadas, que de acordo com Manzini (2004), é um processo que envolve a comunicação verbal que ocorre entre a pessoa que vai buscar informações, neste caso, o pesquisador e o indivíduo que está sendo questionado. Sendo assim, com a finalidade de saber das razões que levaram a criação de MADEM G-15, pretende-se entrevistar cinco (5) membros fundadores do mesmo e três (3) pessoas da então direção superior do PAIGC. E quanto a necessidade de saber da sua rápida ascensão, serão entrevistados dois (2) analistas políticos, três (3) pessoas da sociedade civil e dois (2) líderes dos partidos políticos sem assento parlamentar. Essas entrevistas darão a possibilidade de saber os fatores que levaram a criação de MADEM G-15 e as estratégias políticas que levaram a sua rápida ascensão através dos resultados eleitorais conquistados nas eleições de 2019.

7 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção está dividida em três subseções: a primeira, apresenta um debate conceitual sobre democracia, democracia representativa e partidos políticos. Diante disso, procura-se entender as origens dos partidos tanto na Europa assim como na África Subsaariana. A segunda, discute a questão de surgimento dos Partidos políticos na Guiné-Bissau a partir da abertura multipartidária. Na terceira, faz-se uma abordagem descritiva sobre a crise política e institucional que abalou o País durante a IX legislatura e dando um olhar para sucesso eleitoral do MADEM G-15 nas eleições da X legislatura.

7.1 DEMOCRACIA E PARTIDOS POLÍTICOS

Antes de mais, é importante ressaltar que, a proposta dessa seção, não é trazer um debate mais aprofundado sobre a democracia e Partidos políticos, mas sim, é apresentar uma breve discussão conceitual sobre os mesmos.

Zeca (2018), salienta que, conceituar a democracia não é uma tarefa fácil, visto que, se trata de uma palavra em que as mudanças que sofre transcende alguns anos. A democracia é compreendida “por um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem *quem* está autorizado a tomar decisões coletivas com quais *procedimentos* (BOBBIO, 1986. s.p.).

A palavra democracia é da origem grega, o “*demos* significa povo e o *Kratein* significa governar” (SÁ, 2010.p.7300). Vale frisar que, não obstante a democracia ter significado governo

de todo, na antiga Grécia, nem todo mundo participava nas tomadas de decisões. As mulheres e as outras categorias naquela sociedade eram excluídas (ZECA, 2018; HOMEISTER, 2021). Contudo, Sá (2010) reconhece que, de maneira ampla a democracia apresenta o mesmo significado na contemporaneidade, isto é, o envolvimento dos cidadãos nos assuntos de governação do País.

Diante disso, importa sublinhar que a “competição política e a participação política”, ou melhor dizendo, o privilégio de toda população envolver-se na competição política, é algo fundamental para funcionamento de uma democracia (HOFMEISTER, 2021.p.18). Todavia, é evidente que toda população não pode envolver-se/participar diretamente na gestão das coisas públicas, isso fez com que, predominasse na contemporaneidade a “democracia representativa”, na qual, o povo escolhe um certo número de pessoas através de sufrágio para lhe constituir politicamente (SÁ, 2010).

A democracia representativa, na perspectiva de Zeca (2018), é um processo pelo qual uma equipe de pessoas é escolhida através de sufrágio eleitoral para representar o povo. Moisés e Weffort (2020), enfatizam que a representação é uma das peças basilares do regime democrático. Assim sendo, Santano (2010) e Hofmeister (2021), observam que, numa democracia representativa o indivíduo sozinho não tem o poder de formar o parlamento e o governo. Para que isso seja feito, precisa se juntar as outras pessoas nas quais defendem o mesmo ponto de vista político para concorrer nas eleições, desta maneira emergem os partidos políticos.

Para Viana (2003), os partidos políticos são instituições administrativas, criadas com a finalidade de conquistar o poder de Estado e implementar as suas perspectivas política de uma forma legítima. Na mesma linha de raciocínio, Jardim citado por Santano (2010), afirma que, os partidos políticos

são agremiações de pessoas para a promoção e concretização de um programa político comum [...], com o objetivo de assumir e manter o controle do processo estatal de distribuição do poder, da democracia, da liberdade, e da igualdade, ou quando menos de co-participação na gestão da ‘res publica’, em nome dos interesses ou ideias dos segmentos da sociedade civil que pretendem representar (JARDIM apud SANTANO, 2010.p.9).

Diante disso, percebe-se que os partidos políticos conforme sublinha Amaral (2013) desempenham um papel preponderante para funcionamento da democracia moderna.

Duverger (1980) e Melo (2018) salientam que, os partidos políticos eram enxergados na Europa de uma forma pejorativa, pois as pessoas os atrelavam às “facções”. Entretanto,

A partir de certo momento no século XIX, os partidos, tal como os conhecemos hoje, começaram a emergir no cenário. Na Europa o fenômeno esteve associado à afirmação do parlamento como instituição soberana e à expansão do sufrágio. Os fenômenos ocorreram de forma progressiva e em ordem distinta, a depender do País. Na Inglaterra, a parlamentarização e o surgimento dos primeiros partidos de origem parlamentar precederam a expansão do voto. Na Alemanha e na Dinamarca se verificou o contrário, o que contribuiu para o surgimento de partidos com origem não parlamentar (SCARROW, 2006 apud MELO, 2018.p.154).

Diante dessa citação e em consonância com Santano (2010), pode-se perceber que, os primeiros partidos políticos surgiram na Europa. No entanto, a forma como estes emergiam difere de acordo com as especificidades de cada País. A emergência de alguns “encontra-se, portanto, ligado ao dos grupos parlamentares e comitês eleitorais” enquanto os outros não. (DUVERGER, 1980.p.20).

Adentrando no contexto africano, sobretudo no da África Subsaariana, Lavroff (1970) afirma que, a constituição dos partidos políticos na África Negra é um fato contemporâneo. Com a exceção do partido Liberal fundado na Libéria em 1860, Lavroff (1970) e Sanches (2010) ressaltam que, as primeiras formações políticas da África Negra surgiram depois da Segunda Guerra Mundial e na altura eram denominados de “movimentos independentistas”, pois foram criados com intuito de conquistar a independência. No caso concreto dos Países africanos de colonização portuguesa, o autor afirma que, os movimentos independentistas desses Estados surgiram no decorrer dos anos 1960. Na Guiné-Bissau, Lavroff (197) resalta que, haviam diversos movimentos independentistas⁸, embora o PAIGC assumia o protagonismo da luta de libertação nacional.

A seção subsequente aborda a emergência dos partidos políticos e a oficialização dos antigos movimentos de libertação nacional.

7.2 SURGIMENTO DOS PARTIDOS POLÍTICOS NA GUINÉ-BISSAU EM 1991

É importante ressaltar que o foco dessa seção é abordar a emergência dos partidos políticos a partir de abertura democrática pois, antes desse período, o PAIGC já tinha estatuto de partido (partido-Estado).

A abertura política multipartidária em 1991, condicionada por vários fatores exógenos e

⁸ Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), fundado em 19 de setembro de 1956, no Bairro de Belém, em Bissau; União popular da Guiné (UPG), fundado em 1958; União Democrática Cabo Verdiana (UDC), fundada em 1959; Movimento de Libertação da Guiné e Ilhas de Cabo Verde (MLGCV), fundado em 1959; Movimento de Libertação da Guiné (MLG), fundado em 1961; União dos Naturais da Guiné Portuguesa (UNGP), fundada em 1962; Frente de Libertação para a Independência da Guiné (FLING), fundado em 1962 (CABRAL, 1984.p.1).

endógenos, entre os quais: “a erosão institucional e a instabilidade política; a crise econômica; e a pressão dos doadores num contexto de um clima internacional desfavorável” (KOUAWO & MENDY, 1996.p.14), pôs o fim ao “regime de Partido único”⁹, através da mudança de constituição de República de 1984, a qual considerava o PAIGC no artigo 4º como a única formação política legítima para governar a Guiné-Bissau (CARDOSO, 1995; CARVALHO, 2014; KOUAWO e MENDY 1996). Em seguida, foram aprovadas várias leis nomeadamente: a lei nº2/91, de 2 de maio, que regulamentou o surgimento dos Partidos Políticos; a lei nº4/91, 3 de outubro, sobre a liberdade de imprensa; a lei nº6/91, de 3 de outubro, sobre a criação do conselho nacional de comunicação social; a lei nº7/91, de 3 de outubro, sobre o direito de antena e réplica política; a lei nº8/91, de 3 de outubro, sobre a liberdade sindical e a lei nº9/91 sobre o direito à greve e; a lei nº3/92, de 6 de abril, sobre o direito de reunião e de manifestação. Além dessas leis, algumas mudanças também foram de extrema importância, como a despartidarização das FARP e extinção de polícia política e a adoção de princípios consignados na declaração universal dos direitos do Homem (SEMEDO, 2021.p. 102-103).

Aprovação dessas leis, sobretudo, a “Lei-quadro dos partidos políticos” possibilitou a legalização dos antigos “movimentos emancipalistas” (além do PAIGC) como partidos políticos e permitiu a criação de novas formações políticas. Em 1994 efetuaram no País as primeiras eleições democráticas, nas quais participaram diversos partidos, dentre os quais destacam-se: Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), RGB-MB (Resistencia da Guiné-Bissau-Movimento Bafafá), Partido da Renovação Social (PRS), União para Mudança (UM), Aliança Democrática (AD), o Partido Social Democrático (PSD), a Frente Democrática Social (FDS), a União Nacional para Democracia e Progresso (UNDP) (CANDÉ MONTEIRO, 2013; M´BUNDE, 2017).

O PAIGC além de sair como vencedor da eleição presidencial, conseguiu também, uma maioria parlamentar com 62 assentos, deixando para trás o RGB com 19 deputados, seguido pelo PRS com 12, União para Mudança, com seis e FLING que obteve apenas um deputado (NÓBREGA, 2003; M´BUNDE, 2017; PINTO, 2019; SEMEDO, 2021).

Desde 1994, a democracia guineense vem assistindo quase em cada legislatura a emergência de novos Partidos políticos. Té (2019) ressalta que, consoante a lista dos partidos políticos apresentado pelo Ministério de Justiça em 2019, o País já registrou de (1991 até 2019) cinquenta (50) formações partidárias autenticadas.

⁹ Geralmente, considera-se o Partido único a grande inovação política do século XIX. Com efeito, a ditadura é velha como o mundo, mas a ditadura apoiada em um Partido, tal como se viu na Alemanha e na Itália, tal como se vê na URSS e nas democracias populares, constitui um sistema novo (DUVERGER, 1980.p.290).

O elevado número dos partidos políticos nos remete às preocupações levantadas por Carvalho (2014), Té (2019) e M´bundé (2017) sobre a necessidade ou não da existência de vários partidos num País que nem chega a dois milhões de habitantes. O número excessivo de formações políticas seria elemento indicador para enriquecimento da democracia guineense, ou, significaria a permanência de diversas “opções e alternativas de representatividade política para diferentes franjas sociais que representassem a inclusão social de minorias e até então de todos aqueles que eram menos representados” (M´BUNDE, 2017.p.50)?

7.3 A CRISE POLÍTICA INSTITUCIONAL NA GUINÉ-BISSAU DURANTE A IX LEGISLATURA

Semedo (2020) afirma que, desde a realização das primeiras eleições gerais em 1994, a Guiné-Bissau vem vivendo as sucessivas crises políticas e institucionais que engloba as formações políticas e poderes de Estado, impossibilitando as materializações dos projetos políticos dos governos eleitos democraticamente e impedindo-lhes de finalizar os seus mandatos.

Depois de dois anos de um governo de transição que resultou no golpe de Estado de 12 de abril de 2012, realizaram-se no país as eleições gerais (presidenciais e legislativas) no dia 13 de abril de 2014. Na eleição legislativa, disputaram 15 formações políticas, o PAIGC saiu como vencedor com 57 assentos parlamentares, PRS 41, PCD e PND conseguiram 1 assento parlamentar. Enquanto no escrutínio presidencial, estiveram na corrida 13 candidatos, o Candidato assegurado pelo PAIGC, Jose Mário Vaz, derrotou no segundo turno com 61,9% o candidato independente, Nuno Gomes Na Biam que obteve 30,1% dos votos. (UNIÃO EUROPEIA, 2014; MONTEIRO, 2020). É importante ressaltar que as referidas eleições foram consideradas um passo “crucial para o regresso da Guiné-Bissau à normalidade constitucional e para plenamente reintegrar-se na comunidade internacional” (UNIAO EUROPEIA, 2014. p.11).

Após as eleições, Sangremah et al (2019) salientam que, foi formado um governo, no qual, todos os Partidos representados na Assembleia Nacional Popular fizeram parte, liderado por Eng. Domingos Simões Pereira, Presidente do PAIGC, eleito no seu VIIIº Congresso¹⁰. Este governo

apresentou em duas Mesas Redondas de doadores em Bruxelas e em Acra em Março de 2015, respetivamente, um programa assente numa visão ambiciosa que tinha como inovação tornar a biodiversidade como o eixo central do desenvolvimento país- *Terra*

¹⁰ Caso queira aprofundar sobre o assunto, consulte a obra de João Bernardo Vieira, intitulado “Memórias do VIII Congresso do PAIGC, Cacheu”. 2014.

Ranca, como simbolicamente foi denominado o Plano Estratégico e Operacional 2015-2025- e um programa de Governo-Sol na Iardi- para 2014-2018; com esses documentos, com a presença de do PM- Domingos Simões Pereira- e do Presidente- Jose Mario Vaz- em Bruxelas, o governo recolheu promessas e compromissos em valor muito elevado para o expectável. A Assembleia Nacional Popular aprovou por unanimidade em dois de Abril de 2015, a resolução nº 9/2015 louvando o governo pela “qualidade da organização e realização da Mesa Redonda”, ação em Bruxelas, e reafirmando a confiança política no Primeiro-Ministro (SANGREMAH, et al, 2019.p. 13-14).

Para além disso, os autores afirmam ainda que inúmeros projetos internos e cooperações internacionais que haviam sido interrompidos pela administração que assumiu o País através de golpe de Estado de 12 de abril, foram reativadas. Posto isto, estava tudo evidente que o País estava tomando um novo rumo de encontrar caminho de desenvolvimento através das políticas públicas que seriam implementadas. Todavia, é de salientar consoante Sangremah et al (2019) que, as aspirações dos guineenses e das comunidades internacionais acabaram sendo interrompidos, pois o Presidente da República exonerou o Primeiro-Ministro e mergulhou o País numa crise política.

Jose Mário Vaz não obstante ter dito anteriormente (na campanha eleitoral e em uma das sessões parlamentares) que não iria derrubar o governo do seu próprio Partido, acaba por fazê-lo em 12 de agosto de 2015, através do decreto presidencial 5/2015 (BWOOCK, 2016; MARTINS, 2019; SANGREMAH et al, 2019). O Presidente da República, aponta várias razões que o levaram a demitir o governo, dentre as quais destacou: “corrupção, peculato, nepotismo, falta de transparência na adjudicação de contratos públicos, quebra de confiança mútua” (MONTEIRO, 2015.p.101).

Depois de o exonerar, reconduziu Baciro Dja ao cargo de Primeiro-ministro (este era membro do governo destituído, embora, tenha renunciado ao cargo antes). Baciro Dja, foi destituído após completar 48 horas pois a sua nomeação foi considerada ilegítima pelo Supremo Tribunal de Justiça, através do Acórdão 1/2015 (SANGREMAH et al, 2019; KOSTA, 2016).

A sequência de indicações do Presidente não garantiu o restabelecimento do funcionamento do governo com sucessivas trocas de Primeiros-ministros¹¹. Além disso, não houve consenso na Assembleia Nacional Popular no que concerne a votação do Programa de governo¹². O governo além de perder a confiança do PRS, a segunda força política do País na

¹¹ Nenhum dos governos que se seguiram depois da destituição daquele legítimo não conseguiram até 2018, fazer aprovar os seus instrumentos de governação (Programa de Governo e Orçamento Geral de Estado) na Assembleia Nacional Popular (SANGREMAH et al, 2019).

¹² O Governo de Carlos Correia logo na sua fase inicial contou com a colaboração de todos os líderes dos Partidos representados na ANP e no primeiro momento que levou o seu programa de governo para ser debatido da ANP, recebeu apoio dos outros Partidos com a isenção do PRS e dos 15 deputados do PAIGC que por suas vezes votaram em abstenção (SANGREMAH et al, 2019).

altura, perdeu também a confiança dos quinze deputados¹³ do próprio PAIGC que “ao abster-se na primeira votação do programa do governo (...), retir[aram] a sua a maioria à “coligação” estabelecida alterando as relações de poder estabelecidas no parlamento pelas eleições” (SANGREMAH et al, 2019.p.15).

Após este fato, o PAIGC aprovou sanções contra os quinze deputados e em seguida a comissão permanente da Assembleia Nacional Popular do País a pedido do PAIGC e da sua bancada parlamentar, anunciou que os referidos deputados haviam perdido seus mandatos¹⁴. Os quinze deputados, não reconheceram a perda de mandato, fizeram queixa no Supremo Tribunal de Justiça¹⁵ e continuaram “a comparecer às sessões, criando uma situação que inviabilizou funcionamento parlamentar que chegou a ter no mesmo plenário 117 deputados (em vez de 102) (SANGREMAH et al, 2019.p.15).

Passado algum tempo de um forte debate judicial, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ), através de Acórdão 4/2016 acabou dando razão aos quinze deputados, justificando que os deputados a partir do momento que forem eleitos passam a ser do Estado e não dos Partidos políticos dos quais fazem parte, ou que os fazem ser deputados (SANGREMAH et al, 2019).

É importante frisar conforme apontam os autores que, mediante impasse político no parlamento, a Assembleia Nacional Popular não tinha condição favorável para debater e validar programas e Orçamentos Geral de Estado dos sucessivos governos, visto que, havia um problema. Uma maioria não exige, impõe a sua vontade. A suposta maioria resultante da aliança do PSR com o Grupo dos deputados dissidentes do PAIGC, conhecido por Grupo dos 15, não tinha maioria na comissão permanente, órgão do Parlamento que agenda as plenárias. Isto é, havendo maioria do PRS e os 15 a jusante, essa maioria não existia a montante (MARTINS, 2019.p.90).

Para atenuar a crise política institucional na qual o País estava mergulhado, o Presidente da República “lançou numa série de consultas aos atores políticos à sociedade civil, sem sucesso. Foi então que, surpreendentemente, o Presidente da República decide internacionalizar a crise, solicitando a mediação da CEDEAO”¹⁶ (MARTINS, 2019.p.91). A CEDEAO por sua vez,

¹³ Baciro Dja, Adja Satu Camará Pinto, Braima Camará, Abel Gomes, Rui Diã De Sousa, Eduardo Mamadu Baldé, Isabel Mendes Buscardini (falecida em novembro 2016), Soares Sambú, Tumane Mané, Adulai Baldé, Maria Aurora Sano Sanha, Bacai Sanha Junior, Amidu Keita e Manuel Nascimento Lopes (SANGREMAH et al, 2019.p.15)

¹⁴ Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/parlamento-da-guine-bissau-expulsa-15-deputados-do-paigc/3148718.html>. Acesso no dia 30.05.2022.

¹⁵ O estatuto desses deputados torna-se um assunto da Justiça, pois a figura do deputado independente é omissa no regimento parlamentar guineense (SANGREMAH et al, 2019).

¹⁶ Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental.

indicou o Presidente da Guiné-Conacri (País vizinho), Alpha Conde, para mediar a crise. Dois acordos foram assinados (um em Bissau e o outro em Conacri) pelo PAIGC, PRS e o Grupo dos 15 deputados e, contou com a participação do Presidente da República e Ernest Bai Koroma (então presidente de Serra Leoa (MARTINS, 2019).

No entanto, os dois “acordos” não surtiram efeitos, ou seja, a CEDEAO não conseguiu encontrar soluções viáveis que permitissem o País libertar-se da crise política e institucionais.

Essa crise abalou o País e mexeu praticamente com

toda a classe política, a sociedade civil organizada, o poder judicial, as organizações sub-regionais e a comunidade internacional em geral. Revelou igualmente muita crispação. No auge da crise o Presidente da República, primeira figura do Estado, e o Presidente do Parlamento, segunda figura do Estado, praticamente não se falavam, ao ponto de porem de lado as regras protocolares que impõem que nas suas deslocações exterior o Presidente da República seja acompanhado e recebido pelo Presidente do Parlamento (MARTINS, 2019.p.98).

Tendo em vista citação acima, pode-se perceber de acordo com Sangremah et al (2019) que, a situação que o País vivia não era normal, apesar de não envolvimento dos militares. É relevante frisar de acordo com Djau (2016) que, a democracia guineense tem sido interrompida pelos golpes¹⁷ de Estado efetuados pelos militares.

Em 2018, a CEDEAO impôs um Primeiro-ministro na pessoa de Aristides Gomes (dirigente do PAIGC). Este por sua vez, criou um governo de gestão com a missão de efetuar as eleições definida para o ano seguinte até início da X legislatura. (SANGREMAH et al, 2019).

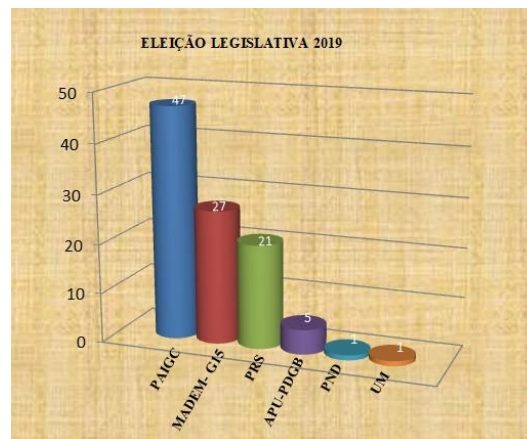
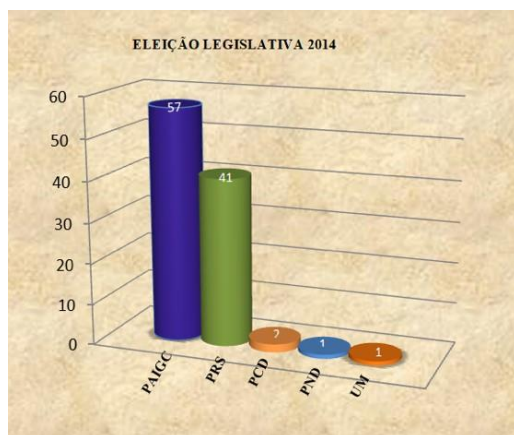
O governo de gestão liderado por Aristides Gomes, realizou as eleições gerais (legislativas e presidenciais). O PAIGC saiu como vencedor com uma “maioria relativa” de 47 deputados/as e o MADEM G-15 ficou na segunda posição com 27 mandatos como se pode observar na Tabela 1 e no Gráfico 1 abaixo. E nos pleitos presidenciais, o candidato assegurado pelo MADEM G-15, Umaro Sissoco Embaló venceu no segundo turno Domingos Simões Pereira¹⁸.

¹⁷ Desde a realização das primeiras eleições em 1994, o País já passou por dois golpes de Estado, (2003 e 2012), diversas tentativas de golpes, uma guerra civil (7 de junho) e vários assassinatos dos políticos (Djau, 2016; BwoCk, 2016).

¹⁸ Comissão Nacional das Eleições de 2019. Disponível em: <http://www.cne.gw/noticias/225-cne-resultados-provisorios-presidenciais-2019>.

Tabela 1 - Distribuição das cadeiras na Assembleia Nacional Popular (ANP) por partido:Eleições legislativas de nos 2014 e 2019¹⁹

Legislativa 2014					Legislativa 2019				
Ordem	Partido	NºVotos	%	NºDep	Ordem	Partido	NºVotos	%	NºDep
1º	PAIGC	281.408	47,98%	57	1º	PAIGC	212.148	46,1%	47
2º	PRS	180.432	30,76%	41	2º	MADEM G-15	126.935	26,5%	27
3º	PCD	19.757	3,37%	2	3º	PRS	127.104	20,6%	21
4º	PND	28.581	4,87%	1	4º	APU-PDGB	51.049	4,9%	5
5º	UM	10.803	1,84%	1	5º	PND	9.019	1,0%	1
6º	PSGB	3.480	0,59%	0	6º	UM	8.535	1,0%	1
7º	FDS	1.710	0,29%	0	7º	UPG	4.407	0,0%	0
8º	PUSD	4.048	0,69%	0	8º	PDD	861	0,0%	0
9º	UPG	10.919	1,86%	0	9º	PUM	958	0,0%	0
10º	PRN	7.903	1,35%	0	10º	CNA	6005	0,0%	0
11º	RGB	9.502	1,62%	0	11º	PMP	755	0,0%	0
12º	PSD	2.302	0,39%	0	12º	FREPASNA	13.926	0,0%	0
13º	MP	4.101	0,70%	0	13º	RGB	6959	0,0%	0
14º	PT	3.659	0,62%	0	14º	MDG	2789	0,0%	0
15º	PRID	17.919	3,06%	0	15º	PRID	2849	0,0%	0
					16º	PJRT-PFD	2849	0,0%	0
					17º	MGD	4542	0,0%	0
					18º	PSD	2854	0,0%	0
					19º	PCD	9864	0,0%	0
					20º	MP	5756	0,0%	0
					21º	CD	2444	0,0%	0

Gráfico 1 e 2 - Crescimento percentual de partidos nas eleições de 2014 e 2019

A tabela e os gráficos são para ilustrar uma comparação sobre o quanto o sucesso de MADEM G-15 foi surpreendente. Pode-se observar que, esta nova formação política alterou a configuração partidária na ANP.

É relevante ressaltar que os novos partidos políticos dentro de sistema político guineense têm apresentado logo nas suas fases primordiais as impressões de quem vai se afirmar como

¹⁹ Tabela de Comissão Nacional de Eleição (CNE) de 2014 e 2019, adaptado por autor.

força política do País, mas com o tempo, acabam “deixando a desejar”. Diante disso, o MADEM G-15, é um fenômeno político recente, que precisa ser acompanhado de maneira sistemática para se ter certeza de que ele vai se tornar uma força política de forma sustentada.

8 CRONOGRAMA DE PESQUISA

Esta pesquisa será desenvolvida como parte do curso de Licenciatura em Ciências Sociais. Para sua melhor realização, ela estará organizada da seguinte maneira:

ATIVIDADE	TCCI	TCC II	TCC III
Revisão bibliográfica	X		
Coleta de discursos na ANP	X		
Coleta de documento de VIIIº congresso de Cacheu	X		
Coleta de documento de criação de MADEM G-15	X		
Leitura e análise de documentos coletados		X	
Realização de entrevistas		X	
Transcrição das entrevistas		X	X
Análise e categorização dos dados (documentos e entrevistas)			X
Escrita do texto do TCC			X
Revisão do texto			X
Defesa do TCC			X

Referências

- ALVES, Breno Alexandre Pires Fernandes. **Criação de “Novos” partidos no Brasil Contemporâneo: os Casos do PSOL e do PSD**. Dissertação (Mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em Ciências Sociais). Juiz de fora, 2018. Disponível em:
- AMARAL, Osvaldo E. Do. **O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma análise de 100 anos de literatura**. Revista debates, Porto Alegre, v.7, n.2, p. 11-32, 2013. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=MARAL%2C+Oswaldo+E.+Do.+O+Que+Sabemos+Sobre+a+Organiza%C3%A7%C3%A3o+dos+Partidos>. Acesso no dia 03.04. 2022.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da Democracia; uma defesa das regras de jogo**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5551654/mod_resource/content/1/Boobio. Acesso no dia 14.06.2022.
- BWOCK, Mahyona Fernandes. **A crise política na Guiné-Bissau 1998-2012**. 2016. Monografia (Bacharel) -Universidade de Brasília-Instituto de ciência política, 2016. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/14810/1/2016_MahyonaFernandesBwock.pdf. Acesso 20.03.2022.
- BIJAGÓ, Vagner Gomes. **O processo de democratização na África: a difícil transição na Guiné-Bissau**. 2017. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=dificil+processo+de+democratiza%C3%A7ao+da+Guine+Bissau. Acesso no dia 08.07.2022.
- CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. **Guiné-Bissau: da luta armada à construção do estado nacional: conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994)**. Tese de Doutorado-Salvador, 2013.
- CARDOSO, Carlos. **A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil**. In: Lusotopie, nº2, 1995. Transitions libérales en afrique lusófonos. p.259-282.
- CARVALHO, Celisa dos Santos Pires. **Guiné-Bissau: a instabilidade como Regra**. Dissertação (Mestrado em ciência política cidadania e Governança pela Universidade Lusófona de humanidades e tecnologia). Lisboa, 2014. Disponível em: <https://recil.ensinolusofona.pt/bitstream/10437/5960/1/Celisa%20Carvalho20DissertaMestrado.pdf>. Acesso 14.06.2022.
- CASSAMA, Daniel Júlio Lopes Soares. **Amílcar Cabral e a independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde**. Unesp. Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita filho” Faculdade de ciência e Letras. Campus de Araraquara-SP. 2014. [Dissertação de Mestrado]. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/122090/000816228.pdf?sequence>. Acesso no dia 17.10.2021.
- COUTINHO, Ângela Benoliel. **Os dirigentes do PAIGC: da fundação à rutura: 1956-1980**. Edição de Universidade de Coimbra. 2017.
- CABRAL, Luís. **Crônica da Libertação**. 1edição, junho. Edições “o Jornal”, publicações

Projornal, Lda, Lisboa. 1984.

DJAU, Malam. **Trinta anos de golpes de Estado na Guiné-Bissau: uma análise da Elite Militar**. Dissertação (Mestrado do programa de pós-graduação em Ciência política) - Universidade Federal do Paraná. 2016.

DUVERGER, Maurice. Os partidos políticos. Tradução de Cristiano Monteiro Oiticica. 2º edição. Rio de Janeiro: co-edição da Zahar Editores da Editora da UNB, 1980.

FERNANDES, Raúl Mendes. **Processo Democrático na Guiné-Bissau**. Soronda. Revista de Estudos Guineenses, Bissau. 1993.v.17, p.31-44.

GERHARDT, Tatiana Engel; SIVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 2008.

GOMES, Arrais Fidelis da Silva. **Inserção política em Guiné-Bissau no processo de Transição democrática (1994- 2012)**. Monografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2012. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/66987/000871767.pdf?sequence=>. Acesso no dia 4.02. 2021.

HOFMEISTER, Wilhelm. **Os Partidos Políticos e a Democracia: seu papel, desempenho e a organização em uma perspectiva global**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2021.

KOSTA, Aníran Ykey Pereira Kafft. **A problemática do sistema de Governo na Guiné-Bissau**. Dissertação de mestrado. Coimbra, 2016. Disponível em: <https://constitutions.albasio.eu/wp-content/uploads/A-Problematica-do-Sistema-de-Governo-na-Guine-Bissau.pdf>. Acesso 02.5.2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia científica**. -7. ed.-São Paulo: Atlas, 2016.

LAVROFF, Dmitri. **Os partidos políticos da África Negra**. Tradução de Eduardo Cambezes. 1970.

M'BUNDE, Timóteo Saba. **Comportamento Partidário e Cíclica Interrupção da Democracia na Guiné-Bissau**. Almanaque de Ciência Política, Vitória, vol. 1,n. 2, p.43-56. 2017. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=%C2%B4BUNDE%2C+Tim%C3%B3teo+Saba>. Acesso no dia 20.03.2022.

MOISÉS. José Álvaro; WEFFORT. Francisco. **Crise da democracia representativa e neopopulismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.

MANZINE, Eduardo José. **Entrevista Semi-estruturada: Análise de Objetivos e de Roteiros**. In: seminário Internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos, 2004, Bauru. Anais...Bauru: USC, 2004. v.1. p.01. 1 CD.

MELO, Carlos Ranulfo. Os partidos nas democracias: passado, presente e futuro. In: MENDONÇA, Fabrino Ricardo; CUNHA, Eleonora Schettini Martins. (org.). **Introdução à Teoria Democrática: conceitos, histórias, instituições e questões transversais**. Belo Horizonte: editora UFGM, 2018. P.153-171.

MARTINS, Geraldo. **Desilusão: Governação e exercício político durante a IX legislatura na Guiné-Bissau**. Edição do autor. Portugal, 2019.

MENDY, Peter Karibe. **A Emergência de pluralismo político na Guiné-Bissau**. In: KUDAWO, Fafali; MENDY, Peter Karibe (Coord). **Pluralismo político na Guiné-Bissau: uma transição em curso**. Bissau: INEP, 1996. pp. 13-65.

MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. **Guiné-Bissau: Da luta Armada à Construção do Estado Nacional-Conexões Entre o Discurso de Unidade Nacional e Diversidade Étnica (1959-1994)**. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciência Humanas. Programa de pós-graduação em Ciências Sociais. 2013.

MONTEIRO, Emanuel Pinto. **A participação eleitoral como forma de consolidação da Democracia na Guiné-Bissau**. Dissertação (Mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em ciências sociais da faculdade de ciências e letras- UNESP/Araraquara). 2020. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/192928/monteiro>. Acesso no dia 20.03.2022.

MONTEIRO, Lesmes. **As Armas de Cacheu: Conspiração política**. Editor: Euedito. 2015.

NÓBREGA, Álvaro. **A luta pelo poder**. Soronda. Revista de estudos Guineenses, Bissau. 2003.

PEREIRA, Carlos Lopes. **Socialismo ou Neocolonialismo- As lutas de emancipação dos povos africanos e a actualidade do legado de Amílcar Cabral**. “Civilização ou Barbárie – os desafios do Mundo Contemporâneo”. Encontro Internacional em Serpa e Moura, 23, 24 e 25 de setembro de 2004.

PINTO, Bruno César. **Transição democrática e crises institucionais na Guiné-Bissau (1994-2012): os desafios da consolidação democrática**. Dissertação (Mestrado pelo Instituto de filosofia e Ciências humanas da Universidade Estadual de Campinas. Programa de pós-graduação em ciência política. 2019.

SÁ, Mariana Mutiz de. **Os partidos políticos como forma de participação política no Estado de direito democrático**. 2010. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3957.pdf>. Acesso no dia 14.06.2022.

SANCHES, Edalina. Institucionalização dos sistemas partidários na África lusófona- O caso cabo verdiano. Instituto de ciências sociais (ICS), Lisboa. 2010. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=isntitucinliza%C3%A7ao+sistema+partidario+na+africa+&sxsrf>. Acesso 07.07.2022.

SANGREMAH, Carlos; MARTINS, Luis Vaz; PROENÇA, Fatima. Guiné-Bissau, notas sobre o presente e o futuro. In: Guiné-Bissau: A Evolução da Situação Política de 2010 a 2018. Edição: CEa-Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento do Instituto superior de Economia e

Gestão da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/337448432_Carlos_Sangreman_Guine-. Acesso 14.06.2022.

SANTANO, Ana Cláudia. **Os partidos políticos**. 2010.

SEMEDO, Rui Jorge. **Ativismo político-social e Crise institucional na Guiné-Bissau: caso do MCCI, Bassora di povu, o Cidadão e Voz do Cidadão do mundo**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP). Bissau, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cea/5200>. Acesso 13.05.2022.

SEMEDO, Rui Jorge. **PAIGC a face do Monopartidarismo na Guiné-Bissau (1974 a 1990)**. Lisboa, 2021. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/21101/1/wp182.pdf>. Acesso no dia 04.06.2022.

TÉ, Paulo Anós. **Transição Democrática na Guiné-Bissau: Uma análise sobre a proliferação dos partidos políticos (1991-2018)**. 2019.

TERENCIANO, Fidel. **Democracia Eleitoral e o Papel dos Partidos Políticos na Estruturação do Voto- Um Caso africano: Moçambique (1994-2014)**. Tese (Doutorado apresentado ao programa de pós-graduação em ciência política –PPGPol - da universidade Federal de São Carlos). 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/12765/Tese%20FidelTerenciano%202020.pdf>. Acesso no dia 05.04.2022.

UNIÃO EUROPEIA: **relatório final de comissão de observação eleitoral: eleições presidenciais e legislativas**. Bissau, 2014. Disponível em: http://www.eods.eu/library/eucom-guineabissau-final-report_pt.pdf. Acesso 14.06.2022.

VIANA, Nildo. **O que são partidos políticos?** Edição germinais. Goiás. 2003. Disponível em: <http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/autores/Viana,%20Nildo/O-Que-Sao-Partidos-Politicos-Nildo-Viana.pdf>. Acesso no dia 13.06.2022.

ZEVERINO, Guilherme Jorge Rodrigues. **O Conflito Político Militar na Guiné-Bissau (1998-1999)**. Dissertação (Mestrado em Gestão do Desenvolvimento e Cooperação Internacional). 2003.